

Richa e Sant'Anna negociam o sistema de governo

Luiz Novaes

CLÓVIS ROSSI
Enviado especial a Brasília

Carlos Sant'Anna entra em seu carro após deixar o Palácio da Alvorada

O senador José Richa (PMDB-PR) e o deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), líder do governo na Câmara dos Deputados, iniciaram ontem, no gabinete de Richa, uma negociação descrita pelo senador como "informal", em busca do que Sant'Anna batiza de "consenso ao menos dos partidos fortes" em torno do sistema de governo e do mandato do presidente José Sarney.

Na prática, pelo que a Folha apurou, a negociação passa, essencialmente, pelo prazo para a implantação do parlamentarismo, combinado com a duração do mandato de Sarney. A ideia das principais lideranças parlamentaristas (Richa, o senador paulista Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, e o deputado gaúcho Ibsen Pinheiro, líder do PMDB na Câmara, entre outros) é a de jogar o parlamentarismo para o próximo período.

"Por motivos táticos, políticos e éticos, o presidente deve concluir o seu período de governo, seja qual for, dentro do sistema em vigor", afirma, por exemplo, Ibsen.

Sant'Anna prefere dizer que "está se discutindo tudo". Minutos depois de deixar o gabinete de Richa, o líder do governo afirmou à Folha: "Ninguém pode pensar que é só apertar o botão (de votação), dar parlamentarismo ou presidencialismo, quatro ou cinco anos, e está tudo resolvido".

Richa concorda. Ele acha que de nada adianta ganhar o parlamentarismo (cuja aprovação o senador acha certa) com uma vantagem de apenas 20 ou 30 votos: "Ficaremos, os constituintes, sozinhos para defendê-lo, porque a população, se não vai criticá-lo, tampouco vai recebê-lo com entusiasmo".

Dessa convicção, deriva a concordância do senador paranaense, um dos comandantes das fileiras parla-



Esquerda não quer Ulysses primeiro-ministro

Do enviado especial a Brasília

As correntes de esquerda e de centro-esquerda do PMDB são majoritariamente favoráveis à candidatura de Ulysses Guimarães à Presidência da República, na hipótese de implantação do parlamentarismo, em vez de conduzi-lo ao cargo de primeiro-ministro. Essa proposta contraria a lógica do parlamentarismo, que manda que o chefe do partido majoritário no Parlamento seja o primeiro-ministro.

A explicação é dada pelo senador José Fogaça (PMDB-RS), parlamentarista e quatroanista: "Ulysses está megalomaniacamente comprometido com a Constituição que será aprovada, o que significa que ele não tentará dinamitar o parlamentarismo, uma vez na Presidência da República".

Reforça Domingos Leonelli (PMDB-BA, um dos líderes do MUP, a ala esquerda do PMDB): "Ulysses é o único que pode acumular as funções de chefe de Estado e, indiretamente, a de chefe de governo, tornando mais suave a implantação do sistema."

mentaristas e "quatroanistas", em buscar o tal de "consenso ao menos dos partidos fortes".

A negociação Richa-Sant'Anna não é a única em andamento, em torno dos mesmos temas, embora seja a mais exposta. Tampouco é tão informal quanto preteide Richa. Afinal o próprio senador diz que faz "alguns meses" que não conversa com Sant'Anna, tornando sintomático o fato de ter sido por ele procurado horas depois de uma conversa entre o líder do governo e o presidente José Sarney, pela manhã, no Palácio da Alvorada.

O jogo de cada um

Para se avaliar as chances de as negociações avançarem, é preciso ter claro o jogo de cada parte:

Essa movimentação para levar Ulysses à candidatura presidencial mostra claramente que os parlamentaristas já estão pensando no que Fogaça chama de "day after", o dia seguinte à vitória presumível do novo sistema de governo.

A ideia básica dos parlamentaristas é, para usar de novo o inglês, a tática de "wait and see" (esperar e ver). Esperar a reação "da sociedade, dos militares, dos empresários e da grande imprensa à implantação do parlamentarismo", diz Fogaça. Decantada a situação, então sim se discutiria o que fazer em relação ao mandato do presidente Sarney e à data de implantação do parlamentarismo.

Essa tática é favorecida pelo fato de que tanto o mandato de Sarney como a data para introduzir o parlamentarismo só serão votadas nas disposições transitórias, último capítulo a ser discutido pela Constituinte, um mês e meio ou dois depois da votação das disposições permanentes. E nestas que entram o sistema de governo e o mandato dos futuros presidentes. (CR)

1 — Os parlamentaristas têm, como prioridade, conseguir a adesão de Ulysses Guimarães, presidente nacional do PMDB, do Congresso constituinte e da Câmara, à causa parlamentarista. Acha que se isso ocorrer, ainda que a adesão não seja explícita e se reduza a um trabalho de bastidores, o parlamentarismo obterá uma vantagem em votos suficiente para lhe dar uma solidez política que uma diferença de 20 ou 30 votos não garantiria.

2 — Passo seguinte dessa estratégia é desvincular a discussão sobre o sistema de governo da discussão sobre a duração do mandato de Sarney. O pressuposto é o de que, definido o parlamentarismo, nas disposições permanentes, os parlamentaristas negociarão em posição

de força, com o Planalto, o prazo para a implantação do novo sistema.

3 — As grandes lideranças parlamentaristas, com a exceção de Mário Covas (SP), líder do PMDB no Congresso constituinte, entendem que o melhor é implantar o sistema após a eleição presidencial que substituirá Sarney na Presidência. Evita-se, assim, que o atual presidente tente implodir o novo regime.

4 — Já os presidencialistas dividem-se em dois grandes grupos: os de oposição a Sarney que querem votar presidencialismo e quatro anos e ponto final, e os ligados ao Planalto, que querem votar presidencialismo com cinco anos.

Esta segunda corrente é que começou a negociação "informal", de ontem, com uma posição obviamente maximalista: obter, se não for possível manter o presidencialismo, o adiamento do parlamentarismo para depois da gestão Sarney (que, insistem, deve ser de cinco anos). Se der quatro anos de mandato, então mais ainda se tentará adiar o parlamentarismo para depois.

O jurista Miguel Reale Júnior, assessor do presidente do Congresso constituinte, fulmina a tese do congelamento do sistema até a mudança do presidente: "Toda a Constituição estará amarrada no sistema parlamentarista e não é possível adiar a implantação do miolo da coisa sem fazer tudo desandar".

Esse obstáculo técnico-jurídico fez surgir uma hipótese intermediária: "Presidencializar" mais a proposta parlamentarista de Egídio Ferreira Lima, a que será votada no caso de derrota da primeira emenda a entrar na pauta, que é a presidencialista.

Exemplos de "presidencialização" levantados pelo próprio Egídio: suspender, até a mudança de presidente, apenas itens como a moção de censura ao gabinete e/ou a necessidade de aprovação, pela Câmara, do programa de governo e, por extensão, do primeiro-ministro.

Essa hipótese parece de difícil concretização. "Fórmula híbrida não dá", fulmina Cardoso.

Waldir acha que deputado presidente dará garantias ao parlamentarismo

Do Sursal de Brasília

O governador da Bahia, Waldir Pires, apresentou ontem duas condições para a consolidação do parlamentarismo no Brasil: a instalação deste sistema de governo só no próximo governo e a eleição do deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) para presidente, ainda este ano. "Como presidente da República eleito, ele implantaria o parlamentarismo", disse, sobre Ulysses.

Waldir Pires apresentou esta avaliação ao próprio deputado, no domingo à noite, em Brasília. Discorreu, portanto, da hipótese de Ulysses candidatar-se a primeiro-ministro, não a presidente, caso o parlamentarismo seja aprovado pelo Congresso constituinte. "O Brasil tem muitos gerentes a escolher, o difícil é escolher uma grande figura que seja um guardião das instituições livres e dos destinos democráticos do país", disse.

A posição de Waldir resume a tendência que se consolida dentro do PMDB, de aprovar o parlamentarismo com quatro anos de mandato para o presidente José Sarney, mas negociar a aplicação do sistema só para o futuro governo. Há duas razões para isso, segundo o líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (RS).

A primeira é que a tese do parlamentarismo-já (isto é, sua aplicação durante o governo Sarney, logo que for promulgada a nova Constituição) dificulta a aprovação deste sistema de governo. "Parlamentarismo-já tem aumentado os adversários do parlamentarismo", disse Ibsen.

A segunda é que sua implantação só no futuro governo diminui o risco de um confronto entre o governo Sarney e o Congresso constituinte. "Pelo simples fato de que será implantado depois, o governo perceberá que o parlamentarismo não é contra o governo", acrescentou o deputado.

É exatamente esta tese que o governador Waldir Pires foi defender em Brasília. Amigo pessoal de Ulysses, ele conversou sobre isso domingo com o presidente do Congresso constituinte e do PMDB.



O governador Waldir Pires, no gabinete do líder do PMDB, Ibsen Pinheiro

Ontem de manhã, conversou com a bancada do PMDB baiano (23 deputados, dois senadores) e obteve apoio da maioria dela à sua posição.

Ontem, passou a tarde no Congresso defendendo o parlamentarismo em várias entrevistas. Conversou pessoalmente com os principais líderes parlamentaristas do PMDB, como os senadores José Richa (PR), Fernando Henrique Cardoso (SP) e Mário Covas (SP). A posição de Waldir é importante, nesta questão, porque ele é o governador do PMDB mais afinado com a esquerda e a ala "histórica" do partido. É também amigo pessoal de Ulysses e hoje um aberto adversário do presidente Sarney.

A repercussão de suas posições pôde ser percebida com a autêntica ovação que Waldir recebeu ontem, quando entrou no plenário do Congresso constituinte. Foi aplaudido de pé por toda o lado esquerdo do plenário e passou cerca de meia hora sendo abraçado e cumprimentado por parlamentares de diferentes partidos.

"O parlamentarismo-já poderia

produzir equívocos", disse, depois, numa entrevista na liderança do PMDB na Câmara. "Neste caso, teríamos uma distorção da apreciação da opinião pública. A campanha para eleger um presidente da República sob o parlamentarismo não deve ser precedida pela presença de um primeiro-ministro", acrescentou.

Segundo Waldir, o presidente Sarney não poderá ser contra o que for decidido pela Constituinte, mesmo que não lhe agrade. "O presidente Sarney está na Presidência para realizar a transição política, segundo as normas que a Constituinte estabeleceu".

Para Waldir, o governo da Bahia está sendo discriminado pelo governo federal, que não estaria atendendo aos pedidos de verbas para projetos encaminhados pelo governador. Ele acusou especialmente o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, seu adversário na Bahia, de ser um político "sem nenhuma regra democrática, sem nenhum compromisso com a democracia".

baiano consome mensalmente cerca de Cz\$ 4 bilhões, para um contingente de 250 mil empregados. "Isso compromete a totalidade do ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) do Estado", disse Waldir.

Ele não sabe ainda de nenhum caso de "marajá" que tenha ingressado na Justiça para defender seus salários. Desde quando assumiu o governo, em março do ano passado, Waldir proibiu a contratação de novos funcionários, mas pagou a todos que já trabalham, os gatilhos e reajustes previstos pela URP.

será o equivalente ao salário dos secretários de Estado, cerca de Cz\$ 360 mil, segundo disse Waldir em entrevista em Brasília, ontem.

"Os salários eram tão altos porque decorriam, não de lei estadual, mas de vinculações e equiparações salariais que a Constituição não permitiu", disse o governador. Os recursos economizados serão aplicados no projeto "Minha Casa" (moradias para população de baixa renda) e em projetos de "humanização de favelas".

O pagamento do funcionalismo

Excesso de matérias pode atrasar a pauta de votações da Constituinte

Do Sursal de Brasília

O presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, deverá ver frustrada sua intenção de votar ainda esta semana o sistema de governo a ser implantado no país, na avaliação das principais lideranças partidárias. No início da tarde de ontem, havia 42 votações pendentes para a conclusão do capítulo referente à Organização da União. A seguir, vêm os dispositivos que regulam Estados, municípios e a autonomia do Distrito Federal. Por fim, o plenário votará os artigos sobre servidores públicos civis e militares. Somente depois, os constituintes entrarão no título do sistema de governo.

Para o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), seria possível chegar a esta etapa no próximo final de semana. O próprio Ulysses já adiantou, no entanto, que não fará a votação no sábado ou domingo, dias em que cai o número de parlamentares presentes.

São três emendas básicas: a presidencialista, a parlamentarista

e a da Comissão de Sistematização, também parlamentarista.

Presidencialistas primeiro

A primeira emenda a entrar em votação será a resultante da fusão de diversas propostas presidencialistas. O grupo tem reunião marcada para hoje, com o objetivo de concluir o texto. Há emendas dos senadores Humberto Lucena (PMDB) e Marco Maciel (PFL), além dos deputados Vivaldo Barbosa (PDT) e Maurício Ferreira Lima (PMDB). A preferência na ordem de deliberação decorre das 356 assinaturas de parlamentares que subscreveram as emendas presidencialistas. Aprovado o texto, com o mínimo de 280 votos (maioria absoluta), passa-se à votação de emendas individuais sobre o tema referentes a seções, artigos ou parágrafos.

Neste grupo estão as propostas que levam ao presidencialismo "mitigado", elaboradas pelo jurista Miguel Reale Júnior. As emendas foram apresentadas por diversos parlamentares, encabeçados por Manoel Moreira (PMDB-SP). No caso de rejeição da proposta presi-

dencialista, o plenário votará a emenda parlamentarista, redigida pelo deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), com 341 assinaturas.

A terceira opção para a votação será o projeto elaborado pela Comissão de Sistematização, com texto diferente da emenda de Ferreira Lima. Na hipótese de nenhuma das três atingir a maioria absoluta, estará criado o "buraco negro" e caberá ao relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) redigir uma proposta conciliatória. Um grupo que consiga a maioria absoluta também poderá apresentar um texto de acordo.

Tanto a emenda presidencialista quanto a parlamentarista fixam a duração do mandato presidencial dos futuros presidentes da República em cinco anos. O senador Fernando Henrique, porém, apresentará emenda reduzindo o prazo para quatro anos, com direito a uma reeleição. A proposta será votada após a definição do sistema de governo. A votação do mandato do presidente Sarney, que faz parte das "Disposições Transitórias", não tem data para ocorrer.



No dia 9 de fevereiro o "pianista" é flagrado em posição semelhante à que Edison Lobão mostrava no dia 1º de março.



... primeiro de costas e logo a seguir com seu rosto voltado para o outro parlamentar com quem conversa

Arbage adia parecer sobre 'pianista'

Do Sursal de Brasília

O corregedor do Congresso constituinte, deputado Jorge Arbage (PDS-PA), adiou mais uma vez seu parecer sobre o pedido de perícia policial feito pelo deputado José Tavares (PMDB-PR) para identificação, a partir de uma fotografia publicada na Folha, do "pianista" que fraudou a votação da Constituinte na sessão do último dia 9.

Ontem, Tavares insistiu em dizer que o fato de o "pianista" ter aparecido de costas na fotografia não apresenta dificuldades para ser identificado. Com a experiência de

ex-delegado de polícia em Londrina e Curitiba (PR) durante oito anos, Tavares disse que uma perícia fotográfica identificará "facilmente" o fraudador.

"É só pegar aquela foto e compará-la com outras fotos do suspeito. Tecnicamente se poderá dizer o que todos nós já sabemos a olho nu", disse Tavares. O principal suspeito é o senador Edison Lobão (PFL-MA), identificado por vários parlamentares e jornalistas que viram o "pianista" de costas, na foto do repórter fotográfico Moreira Mariz, da Folha.

A perícia técnica é um procedi-

mento simples. "O técnico amplia a foto de costas, quadricula e identifica os pontos comuns com outras fotos do suspeito", disse Tavares. Ontem, Arbage remeteu o requerimento de perícia de Tavares para o senador Virgílio Távora (PDS-CE), a Comissão de Sindicância que, na semana retrasada, havia chegado a "sultados inconclusivos sobre a identificação do 'pianista'".

Uma das votações sobre direito de propriedade no Congresso constituinte, o "pianista", votou no lugar do deputado Sarney Filho (PFL-MA). Naquele dia o deputado estava em Maranhão.